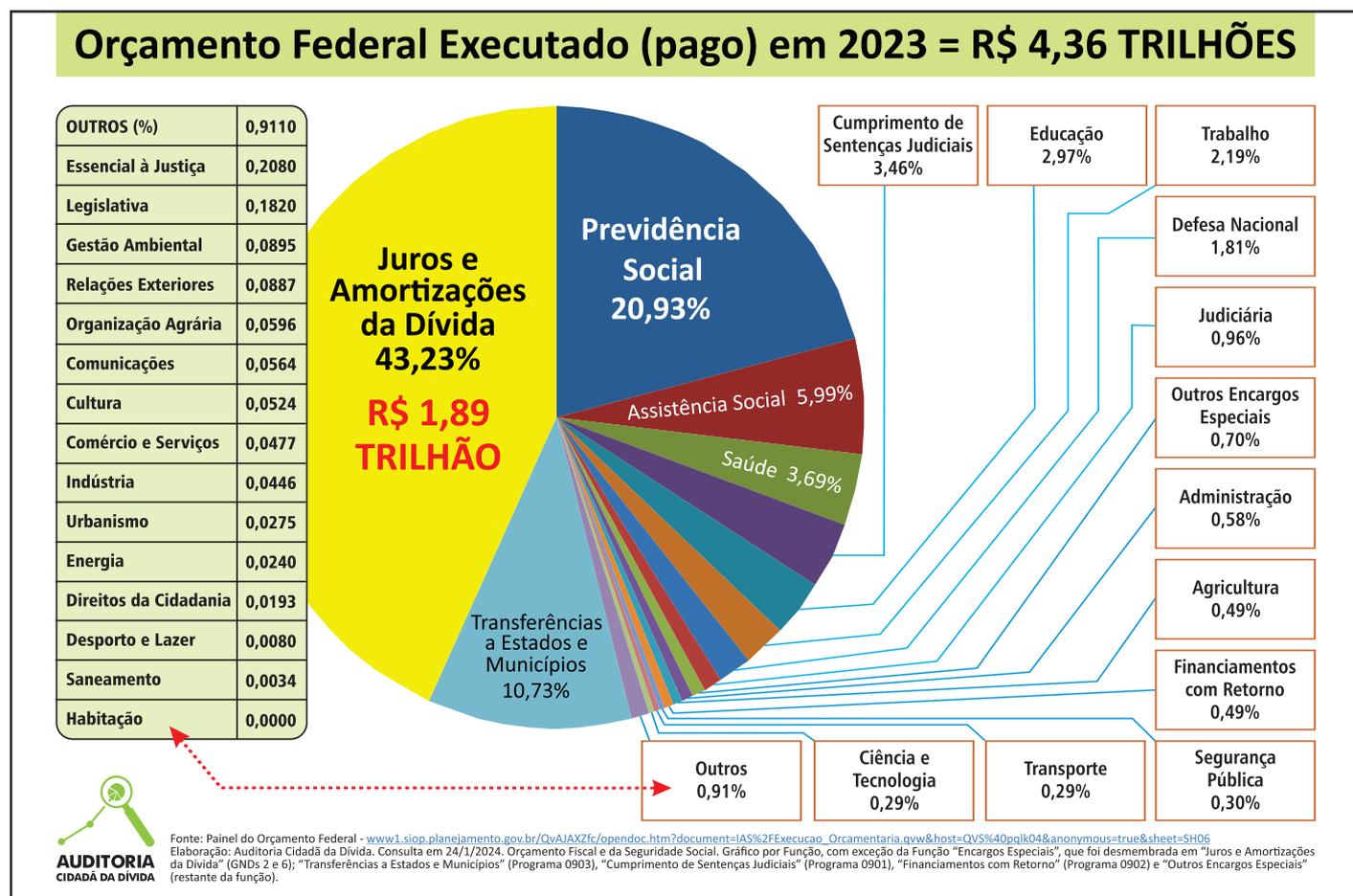


O GOVERNO TEM RECURSOS PARA FAZER A RECOMPOSIÇÃO SALARIAL, REESTRUTURAR AS CARREIRAS, AMPLIAR OS INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO E ATENDER AS DEMAIS REIVINDICAÇÕES DOS SERVIDORES? A RESPOSTA É SIM!

Levamos em consideração que o Brasil é um país que possui imensas riquezas e o Governo Federal tem **mantido trilhões de reais em caixa**. As informações oficiais registram que em 31/12/2023 o Governo dispunha dos seguintes recursos:¹ R\$ 1,654 trilhão na Conta Única do Tesouro Nacional, R\$ 1,334 trilhão no caixa do Banco Central e R\$ 1,718 trilhão em Reservas Internacionais.

QUAL O RECURSO NECESSÁRIO PARA ATENDER AS REIVINDICAÇÕES DOS SERVIDORES?

Para conceder a justa **recomposição salarial**, considerando as perdas inflacionárias para **todos os servidores federais ativos e aposentados desde 2010**, equivalente à média de **46,5%**, seriam necessários **R\$ 158 bilhões** em 2024, de acordo com cálculo realizado pela Auditoria Cidadã da Dívida.



Porém, veja como é gasto o Orçamento Federal:

Em 2023, o Sistema da Dívida **consumiu R\$ 5,2 bilhões por dia!**

Como pode ser observado no gráfico, não se trata de falta de recursos, mas de

¹ Fonte: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202401_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx (Tabela 4, Linhas 44, 50 e 52), e Serie Temporal do BCB nº 13.621

privilégio à manutenção do Sistema da Dívida.

Para uma comparação, em todo o ano passado, foram gastos apenas **R\$ 129,462 bilhões com a educação**.

A Lei Orçamentária Anual de 2024 prevê a Despesa Geral da União de R\$ 5,415 trilhões. Desse total, R\$ 2,49 trilhões ou 45,98% podem ser destinados ao Sistema da Dívida.

O QUE É O SISTEMA DA DÍVIDA?

O “Sistema da Dívida” corresponde ao funcionamento distorcido do endividamento público, com a geração de dívidas sem contrapartida em bens e serviços públicos, que crescem por elas mesmas e retiram recursos do Estado, ao invés de complementar o Orçamento da União, formado pela arrecadação de impostos, lucros das estatais, recebimento das dívidas dos estados, emissão de títulos públicos, entre outras fontes.

Além da cobrança de juros sobre juros (anatocismo/usura) são usados vários mecanismos de transferência do dinheiro da classe trabalhadora, através do Banco Central, especialmente para os bancos e rentistas como a “bolsa banqueiro” (operações compromissadas que remuneram a sobra de caixa dos bancos). Assim, enquanto uma pessoa tem uma dívida porque adquiriu um carro ou uma casa, por exemplo, o Brasil tem uma dívida interna de mais de R\$ 8 trilhões e o próprio Tribunal de Contas da União já declarou que a dívida pública não serviu para investimentos no país.

Uma prova do funcionamento desse sistema é que **de 1995 a 2015 produzimos R\$ 1 Trilhão de Superávit Primário. Apesar disso, a dívida interna federal aumentou de R\$ 86 bilhões para quase R\$ 4 trilhões no mesmo período.**

É NECESSÁRIO ENFRENTAR AS POLÍTICAS DE TETO PARA OS INVESTIMENTOS SOCIAIS E AS CONTRARREFORMAS ADMINISTRATIVA E DA PREVIDÊNCIA!

Para garantir a manutenção desse Sistema, diversos instrumentos legais são estabelecidos, todos com objetivo de **limitar os investimentos sociais e deixar livres os gastos com a dívida pública como a “Lei de Responsabilidade Fiscal” (Lcp 101/2000) e o “Novo Arcabouço Fiscal” (Lcp200/2023), as metas de superávit primário e “déficit zero”.**

Não podemos permitir a aprovação da **PEC 32, chamada de Reforma Administrativa**, nem de qualquer outra contrarreforma que tenha como objetivo ampliar a privatização dos serviços públicos, assim como mais uma **contrarreforma da previdência, já defendida pelos veículos de comunicação**, sempre na mesma lógica de reduzir as despesas com os direitos dos trabalhadores com a difusão de mentiras de que o Estado gasta muito com os direitos sociais, quando na verdade, os maiores gastos são com o Sistema da Dívida. Com esse mesmo objetivo, há notícias de que o Governo quer reavaliar **pisos para gastos com saúde e educação**.

A lógica do Sistema é criar dívidas, desviar grandes volumes de recursos públicos a banqueiros e outras frações privilegiadas da classe dominante e difundir ideologias de

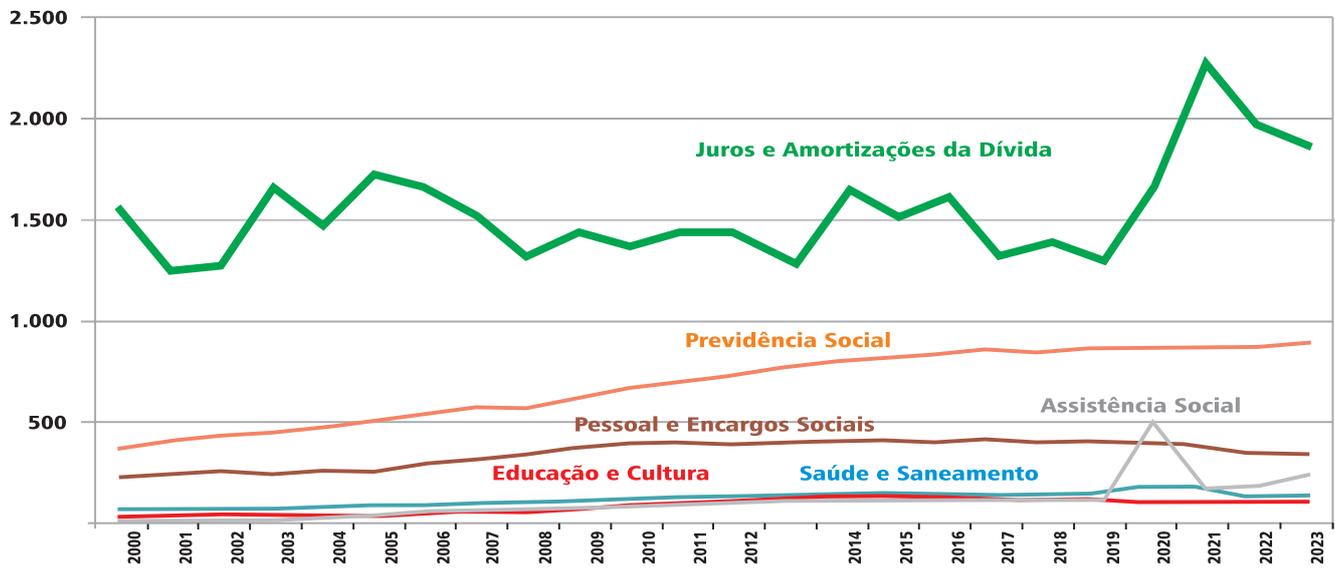
necessidade de um Estado mínimo. Dessa forma, os grupos econômicos privados podem expandir seus lucros com a venda de serviços que deveriam ser públicos como a educação, o acesso à Universidade e os planos de saúde e previdência.

Com o discurso da necessidade de pagar a dívida, entregam-se também às corporações nacionais e estrangeiras nossas empresas estatais importantes construídas com o trabalho do povo brasileiro como a Petrobras (que vem sendo privatizada de forma fatiada), a Vale do Rio Doce e outras dos setores de energia, água, saneamento, rodovias, portos e aeroportos, gerando assim a concentração de poder econômico e político nas mãos de poucos e a perda de soberania do nosso país.

ONDE DE FATO ESTÁ O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS?

Governo Federal Gastos Selecionados, em R\$ bilhões de 2023

Valores atualizados pelo IPCA



Fonte: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/despesas-da-uniao-series-historicas/2023/8-2>
Painel do Orçamento Federal - <https://www1.siof.planejamento.gov.br/painelorcamento/>

MAS COMO FUNCIONA O ORÇAMENTO? QUEM É RESPONSÁVEL POR ESSA REALIDADE?

São 3 os instrumentos que influenciam a definição do Orçamento, de acordo com a Constituição Federal. Todos são de **autoria do Poder Executivo, enviados ao Congresso Nacional para aprovação e alterações e por fim, sancionados pelo Presidente da República:**

- **O Plano Plurianual (PPA)** estabelece as principais diretrizes e metas da administração pública federal. **É encaminhado pelo Executivo ao Congresso até 31 de agosto do primeiro ano de cada governo.** A vigência de cada PPA inicia no segundo ano de mandato presidencial, terminando ao fim do primeiro ano do mandato seguinte. Sempre que necessário, o Executivo pode enviar projetos de revisão do PPA em vigor.

● **A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** estabelece as metas e prioridades da administração pública federal para o período de um ano, bem como as diretrizes da política fiscal e orienta a elaboração da lei orçamentária anual, entre outras funções. O projeto de LDO **deve ser enviado pelo Executivo Federal ao Congresso Nacional até o dia 15 de abril de cada ano**, devendo ser devolvido para sanção até o dia 17 de julho do mesmo ano.

● **A Lei Orçamentária Anual** é o orçamento propriamente dito, uma lei que estima as receitas e fixa as despesas públicas para o período de um exercício financeiro. **Seu Projeto (PLOA) deve ser enviado ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto de cada ano.**

● Em caso de necessidade de alteração do orçamento aprovado, o Poder Executivo pode enviar Projeto de Lei para a aprovação do Congresso Nacional. Portanto, é necessário fortalecer a greve e intensificar a mobilização dos servidores públicos para avançar nas conquistas das melhorias na remuneração, carreira e condições de trabalho e vida!

É preciso ampliar a luta por Direitos Sociais no Brasil. Temos todas as condições para isso, conforme tratamos na Campanha Nacional por Direitos Sociais, onde a luta de cada entidade é a luta de tod@s! Traga sua entidade também para a Campanha! Acesse <https://auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/>



BAIXE A CARTILHA ELABORADA PELA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA OU ACESSE EM www.auditoriacidada.org.br E SAIBA MAIS.

Fique por dentro das Campanhas das quais a Auditoria Cidadã da Dívida faz parte, das articulações junto à Frente Parlamentar contra os Juros Abusivos e à Frente Parlamentar sobre o Limite dos Juros e Auditoria da Dívida com Participação Popular, baixe as cartilhas, livros e folhetos relacionados à nossa luta. Aponte o seu celular para o QR Code e acesse nosso conteúdo pelo site da ACD ou pela rede de sua preferência.



PARTICIPE DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida

SAUS, Quadra 5, Bloco N, 1º andar - Brasília/DF - CEP: 70070-939 - Edifício Ordem dos Advogados do Brasil

■ Telefone: (61) 2193-9731 ■ E-mail: contato@auditoriacidada.org.br ■ <http://www.auditoriacidada.org.br/>

Estamos também nas Redes Sociais:



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADADAVIDA



/AUDITORIACIDADA

MAIO / 2024